

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - A G E F E P E

Notas Explicativas da Administração às

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGEFEPE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGEFEPE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGEFEPE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

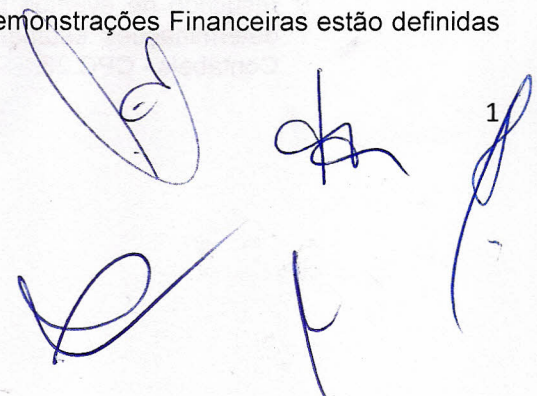
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas as normas do CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos normas do Conselho Monetário Nacional - CMN: CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 31 de dezembro de 2015, data de encerramento do exercício e comparadas com o mesmo período de 2014.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras estão definidas a seguir:



1

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.

b) Operações de Crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de "A" até "H". Aquelas classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

c) Ativo Permanente

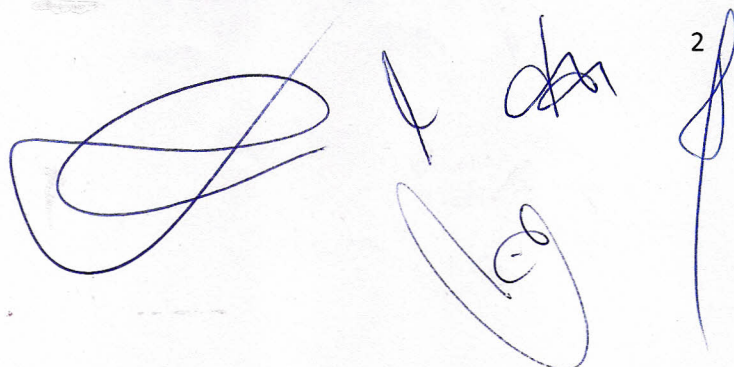
O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação;
- 20% para sistema de processamento de dados.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

d) Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas e Pronunciamentos Contábeis - CPC 25.



No encerramento do exercício de 2015 não existiam fatos que ensejassem a necessidade de constituir quaisquer tipo de provisão para contingências.

e) Demais Ativos e Passivos

São apresentados pelos seus valores de realização ou de liquidação na data do Balanço.

f) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de resultado em conformidade com o regime de competência mensal.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.

3. Títulos e Valores Mobiliários

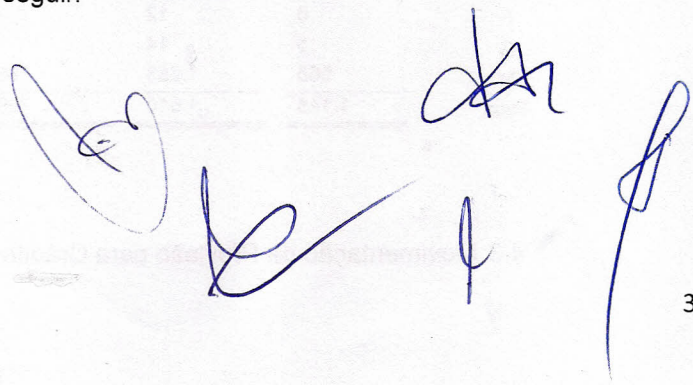
A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais:

	Vencimento	2015	2014
Curto Prazo (para negociação)		31.704	34.314
Letras Financeiras do Tesouro	07/03/2015	-	654
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	31.704	33.660
Longo Prazo (mantido até o vencimento)		3.711	3.265
Letras Financeiras do Tesouro	07/03/2017	3.711	3.265
TOTAL		35.415	37.579

4. Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

4.1. Composição por Atividade Econômica



A Vencer

Setor Privado	2015				2014			
	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
Serviço	7.759	2.490	4.463	14.712	9.781	3.118	1.596	14.495
Indústria	560	250	1.863	2.673	511	406	407	1.324
Comércio	1.493	771	165	2.429	2.750	1.275	381	4.406
Pessoa Física	122	28	5	155	297	211	18	526
Subtotal	9.934	3.539	6.496	19.969	13.339	5.010	2.402	20.751

Vencido

Setor Privado	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
	Serviço	700	912	657	2.269	1.027	3.332	96
Indústria	18	56	47	121	34	88	58	180
Comércio	418	618	78	1.114	361	289	50	700
Pessoa Física	9	24	17	50	14	28	15	57
Subtotal	1.145	1.610	799	3.554	1.436	3.737	219	5.392
Total	11.079	5.149	7.295	23.523	14.775	8.747	2.621	26.143

4.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Nível de risco	2015				% Resolução BACEN	2014	
	Até 180 dias	de 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total		Provisão	Provisão
A	1.619	1.029	120	2.768	0,50%	14	20
B	3.407	671	1.398	5.476	1,00%	55	90
C	1.688	185	160	2.033	3,00%	61	119
D	890	616	2.285	3.791	10,00%	379	244
E	1.087	498	2.190	3.775	30,00%	1.132	23
F	16	4	2	22	50,00%	11	15
G	67	21	3	91	70,00%	64	17
H	1.160	515	338	2.013	100,00%	2.013	1.122
Total	9.934	3.539	6.496	19.969		3.729	1.650

Nível de risco	2015				% Resolução BACEN	2014	
	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total		Provisão	Provisão
B	139	-	-	139	1,00%	1	2
C	123	-	-	123	3,00%	4	4
D	112	72	-	184	10,00%	18	92
E	195	259	-	454	30,00%	136	137
F	6	12	-	18	50,00%	9	296
G	5	14	-	19	70,00%	13	479
H	565	1.253	799	2.617	100,00%	2.616	2.349
Total	1.145	1.610	799	3.554		2.797	3.360

4.3. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa no segundo semestre de 2015

4

	2015
Saldo em 31/12/2014	5.010
Adições	8.803
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	(725)
Reversões	(775)
Baixa para Prejuízo	(5.785)
Saldo em 31/12/2015	<u>6.528</u>

5. Outros Créditos

Os valores registrados em Outros Créditos e outros valores e bens, que referem-se a ativos recuperáveis, sendo em sua maioria representados por "Impostos e Contribuições a Compensar" - IRPJ e CSLL, "Devedores Diversos - Cobrança a Processar" e Despesas Antecipadas, conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
Serviços Prestados a Receber	37	-
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2	5
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	-	2
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	2	-
Devedores por Depósitos em Garantia	43	-
Impostos e Contribuições a Compensar	207	342
Devedores Diversos - País	117	136
Outros Valores e Bens	26	-
	<u>434</u>	<u>485</u>

6. Imobilizado de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Ajuste	Saldo em 31/12/2015
Permanente	<u>526</u>	<u>(289)</u>	<u>128</u>	<u>366</u>
Imobilizado de Uso	<u>513</u>	<u>(115)</u>	<u>(56)</u>	<u>343</u>
Móveis e Equipamentos de Uso	<u>482</u>	<u>2</u>	<u>(75)</u>	<u>409</u>
Aparelho de Refrigeração	66	-	-	66
Máquinas e Equipamentos	54	2	-	56
Mobiliários	287	-	-	287
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	75	-	(75)	-
Sistema de Processamento de Dados	<u>529</u>	<u>12</u>	<u>(184)</u>	<u>357</u>
Sistema de Processamento de Dados	529	12	(184)	357
(Depreciação E Amortização)	<u>(498)</u>	<u>(129)</u>	<u>203</u>	<u></u>
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equip. de Uso	<u>(41)</u>	<u>(41)</u>	<u>75</u>	<u>(148)</u>
(-) Aparelho de Refrigeração	(17)	(7)	-	(24)
(-) Máquinas e Equipamentos	(15)	(5)	-	(20)
(-) Mobiliários	(75)	(29)	-	(104)
(-) Benfeitorias em Imóveis Terceiros	(75)	-	75	-
(-) Deprec. Acum. Sist. De Proc. De Dados	<u>(316)</u>	<u>(88)</u>	<u>129</u>	<u>(275)</u>
(-) Sistema De Proc. De Dados	(316)	(88)	129	(275)
Intangível	<u>13</u>	<u>(174)</u>	<u>184</u>	<u>23</u>
Licença De Uso De Software	273	3	184	460
(-) Amortização Licença De Uso De Software	(260)	(177)	-	(437)



Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 31 de dezembro de 2015, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na AGEFEPE.

7. Obrigações por empréstimos e Repasses

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se a repasses do FINEP, com linha de crédito voltada para Inovação e BNB-FNE, com linha de crédito voltada par eficiência energética, conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
Obrigações por Repasses – FINEP	872	-
Obrigações por Repasses – BNB	253	-
	<u>1.125</u>	<u>-</u>

8. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

Representam as obrigações da Instituição para com o Governo Federal, relativas a Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros, Impostos e Contribuições sobre salários e PIS/COFINS sobre as receitas.

	2015	2014
IOF	13	-
INSS	59	71
IRRF	36	49
COFINS	33	28
FGTS	16	21
PIS	5	5
ISS	6	3
Outros	4	1
TOTAL	<u>172</u>	<u>178</u>

9. Outras Obrigações - Diversas

Compreende as provisões das despesas administrativas do mês de dezembro/2015 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 e 13º salário dos funcionários e Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do exercício, e outros credores.

	2015	2014
Provisão Outras Despesas Administrativas	327	698
Provisão de Férias e Encargos	154	236
Provisão para passivos contingentes	4	-
Credores Diversos	12	80
TOTAL	<u>497</u>	<u>1.014</u>

10. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 65.410, representado por 64.354.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O Quadro de acionistas esta assim constituído:

Acionistas	2015		2014	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Estado de Pernambuco	65.000.000	99,37%	65.000.000	99,37%
AD DIPER	350.000	0,53%	350.000	0,53%
SINDUSGESSO	50.000	0,08%	50.000	0,08%
FEMICRO	10.000	0,02%	10.000	0,02%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
Total	65.410.010	100,00%	65.410.010	100,00%

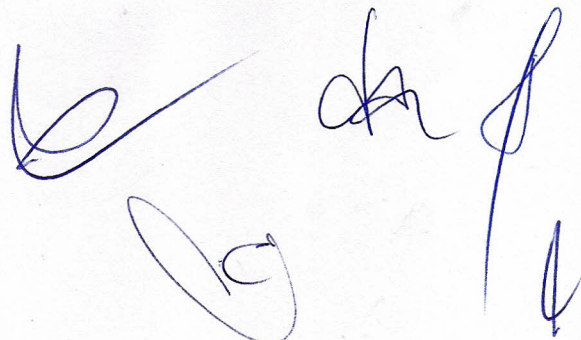
11. Despesa de Pessoal e Honorários

	2º Sem. 2015	2015	2014
Honorários	361	641	691
Alimentação	129	289	335
FGTS	82	178	183
INSS	251	551	638
Ordenados	615	1.443	1.659
Férias	89	207	220
13º Salário	104	183	185
Outras	14	44	48
	<u>1.645</u>	<u>3.536</u>	<u>3.959</u>

12. Outras Despesas Administrativas

	2º Sem. 2015	2015	2014
Manutenção e Conservação	84	186	168
Processamento de Dados	276	621	570
Publicações	87	309	303
Serviços de Terceiros	93	187	368
Serviços Técnicos Especializados	1.071	2.223	2.756
Aluguéis	180	637	731
Comunicação	53	106	105
Vigilância	95	181	-
Outras	132	310	387
	<u>2.071</u>	<u>4.760</u>	<u>5.388</u>

13. Divulgação sobre Partes Relacionadas



a) Governo do Estado

No exercício de 2015 a AGEFEPE não teve nenhuma operação com partes relacionadas.

14. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos da AGEFEPE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos.

a) Risco de Crédito

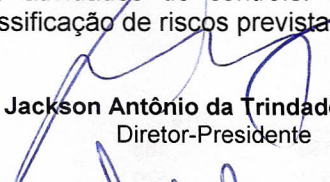
O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 3721/2009, existe política definida para a gestão do risco de crédito.

b) Risco de Mercado

Foi implementada a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, foi encaminhada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.


c) Risco Operacional

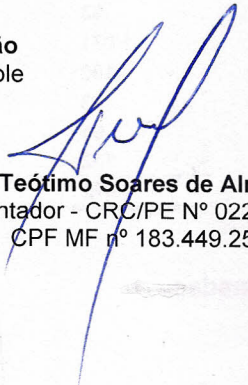
A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução Bacen nº. 3.380/2006.


Jackson Antônio da Trindade Rocha
Diretor-Presidente


Francisca Maria Azevedo da Silva
Diretora Administrativa Financeira


Alberto Sabino Santiago Galvão
Diretor de Planejamento e Controle


Cícero Luiz da Silva
Diretor de Negócios


Teófilo Soares de Almeida
Contador - CRC/PE Nº 022.654/O-0
CPF MF nº 183.449.254-87